Minuta da A T A
Plenária extraordinária

COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ
CBH - AT

Aos dezenove de dezembro de 2006, às 14h, reuniram-se no auditório do Edifício CIDADE I, situado à rua Boa Vista, 170 – Mezanino, Centro - SP, os representantes e convidados do CBH – AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido em comunicado da Secretaria Executiva.

A plenária encaminhou e deliberou :

Aprovada a Ata da reunião anterior.

O Senhor Edmundo representante segmento municípios Prefeitura de São Paulo solicitou inversão de pauta para os itens 4.1, 4.2 e 4.3, que após as considerações foram aprovados.

Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Márcio Corrêa, Secretário Executivo disse “Hoje pela legislação que rege a Fundação Agência da Bacia o único vínculo que existe com nosso Comitê e isso com o estatuto foi discutido amplamente na CTPG, e tem de haver essa indicação porque está previsto na lei mas para que não pairem dúvidas sobre a transparência desse processo e hoje temos aqui muitos conselheiros que fazem parte do conselho curador, recebi a solicitação e todos os membros estão à disposição na página da Agência na Internet para que vocês consultem e estamos à disposição para quaisquer explicações que forem necessários. E inclusive em uma próxima reunião ou nessa mesma se os senhores permanecerem poderemos fazer uma

breve apresentação e traremos o equipamento de projeção. Para deixar bem clara a transparência do processo. “

A Senhora Jumara representante do Subcomitê Cotia Guarapiranga pelo segmento municípios, Prefeitura Municipal de Embú Guaçu solicitou inclusão de pauta para a ratificação do documento da lei específica produzida pela Câmara Técnica e deliberado no Subcomitê Cotia Guarapiranga.

A Senhora Lúcia de Sena representante segmento Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente disse, “queria fazer, vamos dizer assim, alguns esclarecimentos para que as pessoas tenham conhecimento de como está sendo exatamente esse processo de regulamentação da lei específica do Guarapiranga. Tenho impressão de que todos os senhores conhecem, até inclusive os municípios do Guarapiranga e os que não são do Guarapiranga o teor da lei, ela estabelece obrigações que são obrigações do Estado, estabelecem obrigações que são obrigações do Município, para que ela possa ser operacioanalizada. O Estado considera e eu falo em nome da Secretaria de Meio Ambiente, aquela parte que é de competência do Estado, ou seja o poder de polícia, de licenciamento a regulamentação deve e será feita pelos órgãos do Estado. Caberá aos municípios regulamentar aquilo que lhes diz respeito inclusive tem uma série de aspectos que são específicos, os municípios e a Agência da bacia quando tiver a sua Agência descentralizada também após ter recebido o mandato do Comitê de bacia do Alto Tietê deverá se manifestar e estabelecer procedimentos. E quero dar uma outra explicação, a implantação dessa lei, que é uma lei com formato e filosofia nova implicou em uma série de adequações inclusive no sistema de meio ambiente e até que se chegasse dentro do sistema de meio ambiente a uma série de decisões de quem faz o que e como, nós lamentavelmente dentro do prazo previsto da lei não foi possível que fosse feita a regulamentação. No dia 23/01/06 através de uma resolução

do Secretário do Meio Ambiente foi feito um grupo de trabalho com vários órgãos da Secretaria de Meio Ambiente, Sabesp, a Secretaria de Energia Recursos Hídricos e Saneamento e CDHU que são os órgãos que teriam certamente uma interface na implementação dessa lei e esse GT fez uma série de discussões e fizermos e estivemos internados inclusive alguns dias para conseguir colocar essa lei de pé e nesse ínterim o Comitê do Guarapiranga tinha feito uma proposta de regulamentação e o Terassi esteve na Secretaria com alguns outros membros, entregou essa proposta que eram as sugestões do Subcomitê Cotia Guarapiranga em mãos para a Secretaria de Meio Ambiente e as sugestões colocadas lá foram incorporadas na proposta do Estado de regulamentação. Essa proposta foi encaminhada, não me lembro de cor as datas, desde o dia 23/11 essa proposta está no Palácio sendo analisada, vamos dizer assim, pelos órgãos jurídicos do Palácio para que o governador possa assinar. Nossa expectativa é que a Secretaria de Meio Ambiente sempre teve um empenho especial para que essa legislação saísse e continuamos tendo, é que talvez a gente ainda consiga que nesse ano seja feito ainda esse decreto. Agora, isso depende um pouco do processo de transição, como os senhores sabem tanto quanto eu estamos em um momento de transição, e o Governador tem assinado só aquilo que ele considera que não deve esperar o próximo governo assinar. Então queria dizer aos senhores que essa proposta procurou levar todos os aspectos técnicos da forma do licenciamento, quem no sistema deverá ser responsável e se alguém tiver interesse em ter conhecimento dessa proposta ela está certamente a disposição. Eu não sei se é a versão definitiva porque ela está sendo analisada pelo jurídico e certamente eles alteram alguma coisa. Mas o que posso afiançar é que a regulamentação obedece como aliás toda a regulamentação de toda a lei exatamente o que está definido na lei e como serão os procedimentos dentro dos órgãos responsáveis por

essa implantação. Queria deixar isso registrado e dizer que a regulamentação está no Palácio e especialmente naquilo que diz respeito à competência exclusiva do Estado de regulamentar aquilo que deverá ser implementado por ele." Disse o Senhor Roberto Terassi representante do Subcomitê Cotia Guarapiranga "...A gente acaba de ouvir exatamente um ato de ditadura porque a grande verdade, eu tenho comentado sobre isso, com todo respeito que a Lúcia de Sena me merece e eu gosto muito dela, mas olha só o absurdo. Isso me entristece muito. Durante dez meses passamos, com várias pessoas, deixando de fazer, para ir à Câmara Técnica para discutir a regulamentação de uma lei contribuindo em muito para que essa obrigação do Estado fosse feita, lamentavelmente fomos enganados hoje, um passa moleque, porque nenhum integrante da Câmara Técnica que lá esteve todos essas vezes teve conhecimento desse regulamento. Nós fomos ao ouvidor da SVMA do governo do Estado de São Paulo reclamar juntamente com os Prefeitos e ouvimos exatamente o seguinte "Nós vamos tomar providências" e isso foi em junho que foi quando foram internados os membros que foram anunciados pelo decreto e que até hoje fisicamente a gente não os conhece a não ser pelos nomes, a não ser as almas de cada um que a gente respeita a todos. Olha só o absurdo que estamos ouvindo hoje, passamos o tempo todo durante dez meses,120 dias foi dado de prazo para fazer o regulamento dessa lei, nós todos sabemos aqui não tem nenhuma criança, nenhum analfabeto, que regulamento é deixar claro e de fácil entendimento para todas as pessoas cidadãs deste país uma lei. 120 dias é mais do que suficiente, se tivesse boa vontade em 15 dias teria feito nós o fizemos depois de dez meses, com muitas divergências mas conseguimos chegar a um consenso no Subcomitê. O Subcomitê é na verdade o órgão máximo, como se fosse qualquer Comitê, passou pela Câmara Técnica e o que estamos pedindo aos senhores é para

aproveitarmos os últimos dias desse governador presente que edite esse decreto importante. Os municípios estão sofrendo demais, estamos perdendo muitas empresas que poderiam estar assentadas hoje legalmente no município e nós temos um Prefeito também que está na qualidade de Presidente que é prefeito da cidade de Mogi das Cruzes, ele sabe perfeitamente, nenhuma pessoa mora no Estado, moramos no município. Eu fico entristecido de acabar de ouvir isso porque nenhum de nós tem o conhecimento desse documento que está nas mãos do governador. Enquanto a gente ocupava o nosso tempo, brigava, de repente por trás de tudo isso chegavam na forma como queriam, da ditadura que acabei de falar, o documento para o Governador. Os senhores estão recebendo exatamente o documento aqui e quero encaminhar à mesa, ao Sr. Secretário e o Sr. Presidente e o plenário que é soberano que decida, se precisamos mandar isso para a CT porque se mandarmos para CT sabemos que não vamos mais aprovar isso esse ano e se referendarmos esse documento foi aprovado pelo Subcomitê Cotia Guarapiranga que é o órgão máximo o colegiado, o município e a sociedade civil e que lá estava a nossa coordenadora e também estranhamente não sei porque razão ela não está aqui hoje. Agora, quero reforçar aos senhores, que o meu pedido fique registrado, e vou ouvir todos companheiros que vão falar, eu queria senhor Presidente, que a gente ouça exatamente o plenário, que nós nos esforçamos, eu mesmo liguei para muitos municípios para estarem aqui presentes que é uma coisa que não tem acontecido com frequência nesse Comitê e que a gente hoje delibere e se o Comitê entender que temos que mandar para a CT eu serei obediente, agora se não achar teremos o referendo ainda hoje da aprovação daquilo que discutimos há dez meses na Câmara Técnica do Subcomitê.” A Senhora Jumara disse “Queria complementar e ao mesmo tempo responder. Existe uma legislação do Estado e nós municípios

e sociedade civil trabalhamos na CT e estou vendo várias pessoas da sociedade civil que também trabalharam e nunca vimos essa minuta. Pela lei 9866 de novembro de 97 o sistema de planejamento e gestão é formado pelo órgão colegiado de caráter deliberativo e que será o Comitê da bacia hidrográfica e dentro da legislação diz que cada subbacia tem de ter sua lei específica e o órgão colegiado terá entre outras as seguintes atribuições, aprovar previamente PDPA, a atualização, o acompanhamento, e a Agência da Bacia será um órgão técnico e na sua inexistência um organismo indicado pelo CBH. Então acreditamos nós pessoas que trabalhamos na CT o Subcomitê Cotia Guarapiranga está definido por essa lei da Câmara Técnica tripartite teria competência assim como elaborou a minuta de lei que depois foi melhorada, alterada, pelo governo do Estado e depois piorada pela Assembléia e que acabou depois sendo promulgada, da mesma maneira trabalhamos para isso e achamos que o Comitê do Alto Tietê o único que tem Subcomitês significando a diferença enorme entre as áreas em que é subdividido ele deveria sim referendar e a plenária que é soberana devia votar e infelizmente por conta de nossa deliberação ter acontecido no dia 12 não deu tempo para o Dr. Márcio encaminhar a todos e incluir na pauta."

O Senhor Presidente ponderou "...por mais que possamos referendar o Subcomitê, por mais que acreditamos na lisura e na seriedade do trabalho do Subcomitê entendo que sem que haja uma análise dos órgãos técnicos desse Comitê não podemos em sã consciência, por mais que o plenário seja soberano, de no crepúsculo do exercício ter conhecimento, repito novamente porque as senhoras e senhores do Subcomitê do Guarapiranga tenham nosso respeito e total credibilidade, não posso em sã consciência inferir aqui dizendo que vamos levar avante referendando sem o conhecimento. " O Senhor Secretário registrou que o Comitê e a Secretaria Executiva não receberam cópia do

documento. O Senhor Carlos representante do Subcomitê Cotia Guarapiranga também disse, “Testemunho também que é uma surpresa para nós do Subcomitê saber que já existe pelo grupo do Estado encaminhou uma minuta do decreto para o governo do Estado de São Paulo. Como o Terassi bem colocou procuramos inúmeras vezes o governo do Estado de São Paulo e pedimos inclusive audiência com Secretário Goldemberg infelizmente não fomos recebidos, a coordenadora da Câmara Técnica é da SVMA e todos nós sabemos que o Subcomitê é tripartite e tem também vários Subcomitês aqui presentes e amanhã ou depois, hoje é a nossa regulamentação, mas amanhã é a de vocês. Acho que é importante fortalecer o nosso sistema de recursos hídricos porque o que o Estado fez não é correto, hoje esse passa moleque que estão passando amanhã pode ser com vocês, porque toda vez que quisemos dialogar e a nossa minuta era pública, passamos mais de quinhentas minutas por tudo que era site por tudo que é e-mail...”

O Senhor Presidente disse “...estamos com o maior prazer recebendo essa documentação, só que sem um conhecimento analítico e ele com certeza é sério e aprovado com muita competência pelo Subcomitê, minha opinião é que não temos condições de colocar em votação inclusive com a preparação de nossa responsabilidade, repito aqui, todos nós fazemos parte de Subcomitês diferentes, portanto as suas palavras são bem-vindas e todos temos interesses, agora toda a nossa responsabilidade perante todos os órgãos existentes sem que haja conhecimento na integra não me proponho, posso até colocar em votação mas eu não voto.”

O Senhor Nelson Pedroso representante segmento sociedade civil organizada, entidade AGDS disse, “...todas deliberações realizadas no Comitê para serem enriquecidas tem de ser discutida por nós mesmos na CT e a maior parte das pessoas que estão aqui participam também do sistema nas CTs. E também faço o apelo aqui de que quando for

encaminhada a lei específica do Subcomitê Billings Tamanduateí que está para ser deliberado no Subcomitê até 15 de março de 2007 seja também enviado para CTPG, porque esse é o caminho porque nós da sociedade civil sempre brigamos pela democracia e democratização do processo. Sem fazer juízo nenhum de valor do que está escrito tenho lido depois pelo que recebi pela Internet, aprovo praticamente 90% e tenho algumas ponderações e melhoras a fazer inclusive com respeito à questão de competências, como encaminhar isso ao governo do Estado, mas de qualquer forma tem alguns entendimentos muito oportunos e interessantes que podemos estar fazendo. Agora se toda vez estivermos justificando o não ingresso à Câmara Técnica não vamos estar apostando na democratização do sistema. Então acho assim nem não ratifica mas também acho que seria muito oportuno encaminhar para CTPG..." O Senhor Raimundo Barbosa de Souza, Vice-presidente do Subcomitê e Billings Tamanduateí representando segmento sociedade civil apoiou a ratificação. O Senhor Terassi disse "...insisto nesse encaminhamento principalmente agora pela leitura desse artigo, e dizer um pouquinho mais, gente, se todos nós aqui estamos preocupados com a água e fizemos o discurso a vida inteira, hoje temos uma região sem lei, porque a lei nova não está em vigor e a lei velha foi revogada, isso é um caso urgentíssimo. E outra coisa mais, o Senhor hoje preside essa sessão aqui, o Senhor não pode cometer esse ato de injustiça porque se passamos tudo que tínhamos, passamos pelo Subcomitê e levamos dez meses, essa do Estado tem de haver hoje uma moção de todos nós presentes contra esse ato absurdo de ter mandado porque não conhecíamos nada disso..." e disse o Senhor José Arraes Vice Presidente do Subcomitê Cabeceiras representante segmento sociedade civil entidade Mogilar "Vocês lá tem razão mas o Presidente também tem suas razões em suas ponderações. O estranho de tudo é a gente observar que essa minuta que está na mão

não vai ter o mesmo caminho que a de vocês. A de você tem de passar pelo crivo da Câmara Técnica do Subcomitê e Comitê e a de lá deveria há muito tempo estar de posse da CT do Comitê e da plenária. (...) Faço a proposta que saia hoje do Comitê uma correspondência ao Senhor governador dizendo dessa nossa predisposição em conhecer essa minuta antes dele sancionar ou trazê-la para discutirmos na Câmara Técnica de Planejamento do Comitê." O Senhor Sérgio Gazal representante do segmento municípios pela Prefeitura de Itapecerica da Serra membro do Subcomitê Cotia Guarapiranga disse, "...se caso haja o entendimento de que deva ser enviada a CTPG do Comitê que seja dado prazo do mais rápido possível e uma vez que esse texto também não é estranho está disponível na Internet e também porque não há dois Estados, no Subcomitê houve a participação do Estado e o Subcomitê realmente não conhece uma outra minuta que seja essa que foi aprovada." Comentou o Presidente, "...se não fossem as festas natalinas, o mês de dezembro, com certeza a rapidez que o assunto merece com maior prazer estaríamos convocando a CT, mas as condições legais para essa convocação são de no mínimo oito dias. Por isso que disse que dificilmente nesse ano temos condições de ter uma deliberação mais positiva sobre esse assunto." Secretário, "Só reafirmando as colocações do Presidente como coordenador da CTPG e reforçar que estamos dispostos de imediato a acolher e pautar a reunião da Câmara Técnica e por conseqüência pautar uma outra reunião do Comitê para voltar a apreciar. Por isso a minha posição e disse isso ao próprio Terassi e a Secretária Executiva do Subcomitê Cotia Guarapiranga, não faço nenhum juízo de valor sobre o conteúdo do que está aqui, estamos discutindo a forma de encaminhamento e pelas ponderações políticas, aliás sempre bem-vindas pela experiência do Deputado e Presidente Junji Abe." E a Senhora Lúcia de Sena "...as duas resoluções foram publicados obviamente no Diário Oficial para que dê

ciência ao nome das pessoas inclusive algumas participam do Subcomitê como é o caso da Márcia e da Valentina, enfim. Segundo lugar quero passar às mãos da mesa para que sendo encaminhada a CT uma cópia da versão que foi encaminhada ao Palácio. Quero chamar a atenção para uma coisa do ponto de vista jurídico, está havendo um grande equívoco de leitura me parece, vou ler um artigo da lei 12283, artigo 2º. fala do sistema de gestão mas no parágrafo 3º diz que é aos órgãos da administração pública estadual, municipal responsável pelo licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental fica atribuída à execução dessa lei. Regulamento é para possibilitar a execução então reitero que a minuta de decreto que foi encaminhado é para que os órgãos do sistema de licenciamento e fiscalização possam objetivamente ter instrumentos para poder implementar a lei e isso eu reitero que é sim competência do Estado e digo que cabe aos municípios também se preparar para a execução dessa lei. Agora faço outra observação, pelo menos no que concerne a Secretaria do Meio Ambiente ela não quis em momento algum ser, vamos dizer assim, a detentora do poder do licenciamento, abrimos quando o professor Goldemberg assumiu a Secretaria um grande espaço para que os municípios se cadastrassem e pudessem se capacitar dentro do que diz a 237 que estabelece uma série de regras, e fizermos campanhas para que os municípios assumissem o licenciamento e um município só se apresentou que vai fazer. O esquema continuou durante toda essa gestão aberto (...)e não falo só em meu nome mas do professor Goldemberg que em todos os momentos desde que assumiu a SMA foi 'n' vezes na Assembléia (...) quero dizer que aos Senhores que o regulamento já passou pelos órgãos jurídicos e todos que já trabalharam no Estado sabe que isso tem um crivo sério para aquilo que efetivamente está dentro da lei e quero de novo dizer que a minuta do Subcomitê que vocês estão discutindo esse tempo todo foi encaminhada SMA (...)Eu acho que o

interesse de todos nós é fazer com que essa regulamentação seja feita juridicamente correta da melhor forma possível dentro da lei que foi aprovada. Ela está no Palácio e na minha opinião e não estou falando em nome do Estado que é o que eu vinha fazendo até aqui pela SMA, acho que qualquer coisa que se faça para atropelar esse processo só vai postergar a regulamentação da lei. (...)o nosso trabalho foi feito com a maior seriedade possível, levando em consideração aquilo que o Subcomitê encaminhou e que era possível ser incorporado...". O Senhor Rui Brasil, representante segmento Governo do Estado de São Paulo, COFEHIDRO disse "...qualquer que seja a posição aqui depois de saída do Comitê um Secretário de Estado tem de fazer uma instrução do processo e tem de ouvir os juristas... (...)Então essas etapas foram vencidas, por isso não se regulamentou em cento e vinte dias, quisera nós que todas as leis fossem possíveis de regulamentar no prazo, então é um problema burocrático. É claro que o plenário é livre para tomar as decisões que quiser e depois acompanhar a conseqüência delas. No caso achamos, o que os técnicos do Estado e as autoridades fizerem nada mais é do que atender aos anseios da bacia Cotia Guarapiranga, o que foi feito agora é um mero detalhamento daquilo, procedimentos que terão de ser feitos. Se quiser votar eu já encaminho aos nossos colegas do Estado que a posição aqui tem ser nesse momento contrária porque há todo o procedimento e o Estado não está fazendo nada mais do que sua obrigação, talvez pudesse ter ouvido mais e feito mais reuniões, enfim, o que ele fez foi cumprir sua obrigação e não é uma posição que absolutamente agride e conflite, pelo contrário essa lei é uma mudança, é um trabalho conjunto de Estado e municípios e acho até o seguinte, mexer em uma lei é difícil mas em um decreto não é difícil, e a coisa mais comum que tem é que no andar da lei, como bem colocou aqui, revogou a outra para aprovação dessa, mas ela ainda não está funcionando porque não está

regulamentada, nada impede que na execução da lei se houver problemas altera a regra do decreto, é muito mais fácil do que negociar com a Assembléia.“ O Senhor Edmundo, representante do segmento municípios pela Prefeitura do município de São Paulo disse que a posição era para ser enviado à CT do Alto Tietê. Senhora Jumara, “É a última vez que vou fazer a colocação também. Até agora antes das palavras da Doutora Lúcia de Sena realmente fui ignorante, não tinha entendido que não era competência nossa fazer algum trabalho. De verdade, estou falando de verdade. Estou me sentindo tendo perdido tempo. Quero que todos vocês saibam que talvez não valha a pena ficarmos nos desgastando para que a Câmara Técnica do Alto Tietê que também tem gente muito ocupada e de municípios como o meu que é desse tamanhinho e só tem eu de técnica lá, e que gasta de tempo em estudar uma proposta que pelo que eu entendi, se é que dessa vez eu tive o mínimo de inteligência e poder cognitivo, nós municípios e sociedade civil junto com o Estado, parte do sistema de recursos hídricos, nós fizermos o que não era de nossa competência. De acordo com o que entendi Guarapiranga teve muita sorte, ela teve sua minuta de lei pronta e muito bem trabalhada pela SMA e pela de Recursos Hídricos, o Subcomitê pegou essa minuta e adequou e colocou de acordo com os princípios democráticos, mas ela já veio mesmo formatada, pronta, a gente alterou e nós caminhamos. Regulamentar que não significa mudar o que a lei manda não era competência nossa, de verdade gostaria de ter sabido disso na primeira das reuniões que fui, porque perdemos um tempo enorme... “ O Senhor Bonfílio Alves, Vice-Presidente do Subcomitê Juquery-Cantareira representante segmento sociedade civil entidade IPEH considerou e encaminhou “...nenhum técnico assina que no futuro que vai ter água para todos, por mais capacitação que tenha não é competente para assinar e se não o é, então vamos começar a ter essa humildade de

compartilhar responsabilidades. (...)não se justifica de maneira alguma que a proposta elaborada pelos técnicos e especialistas não tenha sido trazida pela Câmara Técnica deste Comitê, assim como a proposta do Subcomitê tem de vir assim como acho que esse deve ser o procedimento para todas as LEs havendo a integração de toda a inteligência e de toda a bacia no Comitê do Alto Tietê, não tem porque continuar aprofundando esse exercício democrático, esse exercício de diálogo e co-responsabilização que é o exercício de construção desse ponto de chegada que estamos querendo construir. Sou favorável que façamos essa moção ou uma deliberação encaminhando ao senhor governador que a matéria seja devolvida ao órgão competente, não é o governador do Estado o órgão competente para poder emitir opinião, antes do governador é o Comitê de bacia do Alto Tietê, se não vamos pedir a anulação." A Senhora Maria Cláudia, representando o segmento governo do Estado, CDHU disse "Participei do processo e acho uma pena chegar nesse momento a esse impasse, mas acho que pode ser bastante produtivo. Participei das discussões na CT do Subcomitê inclusive junto com as prefeituras fizemos um trabalho exaustivo de discussão na regulamentação, PRIS, porque a lei trata não apenas o direito ambiental mas o direito urbanismo combinado com o direito ambiental e tem uma série de figuras novas e tem de ser posto e vão ser modelos para os outros Subcomitês, são coisas novas e é um desafio grande e chegamos a coisas bem interessantes. Participei como suplente no grupo do Estado e no momento que a discussão foi para o grupo do Estado várias questões que estavam na discussão no Subcomitê tiveram uma posição pouco diferente e a minha colocação foi sempre de levar as mesmas propostas seja no grupo do Estado ou do Subcomitê. No momento da primeira formação da proposta do grupo do Estado sugeri que aguardassemos essa evolução e fizéssemos uma discussão única, razão pela qual

me abstive na última plenária do Subcomitê. Sinto que esse entendimento grande precisa ser feito agora mesmo e tem coisas na minuta que merecem esse olhar do Estado e na medida em que eu também não conheço a versão final porque passou pelo consultoria jurídica e acho que merece um entendimento mais amplo não sei se na Câmara Técnica do Subcomitê, mas o que sair desse processo saia com solidez e possa servir de exemplo para os outros Subcomitês."

Após amplos debates o Senhor Presidente encerrando a fase de discussão pôs em votação que o documento de ratificação fosse oficialmente incluído na ordem do dia a pedido da representante do Subcomitê Cotia Guarapiranga representando o segmento Municípios pela Prefeitura de Embú Guaçu. Aprovado. Em seguida foi aprovado a não ratificação do documento, devendo passar pela Câmara Técnica Planejamento e Gestão do CBH-AT, por dezessete votos contra treze e duas abstenções, a da Senhora Maria Cláudia, segmento Governo do Estado de São Paulo, CDHU e do Senhor Bonfílio, segmento sociedade civil, IPEH que declarou voto : "Me abstenho em razão de valorar o Subcomitê entendo que essa matéria tem de ir à CTPG."

O Senhor Presidente colocou em votação o envio da moção para retirada da minuta em tramitação no Palácio, aprovada com 19 manifestações a favor e 14 contrárias, e nenhuma abstenção. Complementou, "...acredito que cabe à mesa elaborar esse documento com a sua competência."

Na finalização dos trabalhos o Senhor Miron, Presidente da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê agradeceu a confiança depositada, para a permanência até 31/03/2007, "...espero continuar com crédito junto a vocês para o futuro."

A presente Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta reunião extraordinária.